

**SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SEAD
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - CGMA**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC/MRE

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

DOCUMENTO DE REVISÃO Nº 1

**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
"NOVA RURALIDADE BRASILEIRA: COMPREENSÕES E
IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA PÚBLICA"
(PCT BRA/IICA/13/003)**



1- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título do Projeto:	Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública”
Código do Projeto:	BRA/IICA/13/003
Sede do Projeto:	Esplanada dos Ministérios - Bloco C - 5º andar - Brasília - Distrito Federal, CEP 70.046-900. Telefones: (61) 2020-0097 - e-mail: carlos.bovo@mda.gov.br
Área Temática:	Desenvolvimento Rural Sustentável
Instituição Nacional Executora:	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)
Duração do Projeto:	Vigência Original: 48 meses Início: 03/12/2013 Término: 02/12/2017 Vigência 1ª Revisão: 24 meses Início: 03/12/2017 Término: 02/12/2019 Prazo de execução total: Início: 03/12/2013 Término: 02/12/2019
Aporte da Instituição Nacional Executora:	Orçamento Original: R\$ 9.304.400,00 Incorporação dos Rendimentos: R\$ 478.065,48 Total do Orçamento: R\$ 9.782.465,48
Origem dos Recursos:	Programa de Trabalho 21.122.2120.2000.001 – Administração da Unidade/Nacional – Plano Orçamentário 003 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário. Programa de Trabalho 21.606.2012210V.001 – Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar/Nacional – Plano Orçamentário 001 – Apoio à Integração e à Cooperação Internacional na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.
Breve Descrição do Projeto:	O projeto tem como principal desafio entender a nova ruralidade, e suas implicações para as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Para isto, espera fortalecer o NEAD no que tange aos acréscimos de qualidade na implementação de suas ações, ampliando a competência técnica e gerencial de seus quadros, procurando assegurar que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários, garantindo uma maior interação do MDA com o conjunto dos atores sociais e

institucionais, que representam parte essencial de sua estratégia e dos objetivos de seu trabalho.

Objetivos da Revisão nº 1:

- 1) Prorrogar o prazo de vigência até 02 de dezembro de 2019 para cumprimento das ações e metas estabelecidas no Projeto.
 - 2) Alterar o nome da Instituição Nacional Executora.
 - 3) Incorporar os rendimentos ao orçamento total do Projeto.
- A estrutura lógica permanece inalterada pela presente Revisão.

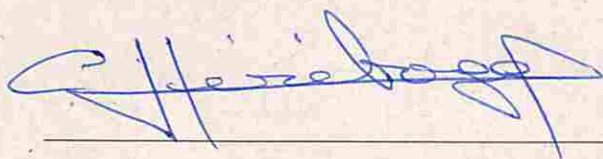
Aprovado em: 31/08/2017



Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Embaixador João Almino

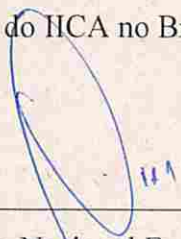
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE



Pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Hernán Chiriboga

Representante do IICA no Brasil



Pela Instituição Nacional Executora

José Ricardo Ramos Roseno

Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

2 - PROPOSTA DE REVISÃO

2.1 JUSTIFICATIVA

O Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/13/003 - “Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública” - tem como objeto contribuir para a formulação, avaliação e fortalecimento de políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Reforma Agrária no contexto da ruralidade contemporânea do Brasil, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e político-institucionais, suas transformações e diversidade. Com duração prevista de 48 meses, o projeto foi firmado em dezembro de 2013, mas iniciou suas atividades efetivamente em janeiro de 2014.

A cooperação técnica internacional apoia o alcance da missão institucional do extinto NEAD¹, atualmente Coordenação Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (CGMA), que busca contribuir para a avaliação, monitoramento e aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, promovendo estudos e pesquisas e capacitações sobre temáticas da agricultura familiar, reforma agrária e promoção do desenvolvimento rural sustentável.

No entanto, nos últimos 03 (três) anos o projeto passou por mudanças significativas na sua gestão, o que dificultou o avanço destes estudos e pesquisas, ocasionando assim, atraso no cumprimento das metas estabelecidas. Abaixo a justificativa e conjuntura dos fatores relacionados a este processo:

- a) Mudanças na gestão do Projeto nos anos de 2015 e 2016.
- b) Mudanças do nome da Instituição Nacional Executora e de algumas diretrizes.
- c) Reestruturação da área.
- d) Em 2016, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA por meio da Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016, sendo suas atribuições transferidas para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), conforme Decreto Nº 8.780, de 27 de maio de 2016.

Por fim, com base no contexto apresentado, a Direção do Projeto esclareceu na reunião tripartite realizada em 22/06/2017 a necessidade de realizar revisão do PCT para prorrogar o

¹ Extinto Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), a partir do Decreto 8.889, de 26 de outubro de 2016, mediante nova estrutura regimental, passou a ser denominado Coordenação Geral de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação (CGMA).

Projeto BRA/IIICA/13/003 – Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública.
prazo de vigência, permitindo assim a otimização na utilização dos recursos disponíveis, bem como, a alteração da Instituição Nacional Executora e incorporação dos rendimentos ao orçamento total do Projeto.

A solicitação de prorrogação de vigência do Projeto será pelo período de 24 meses para a conclusão dos estudos em execução, e para a realização de novos estudos/pesquisas nos temas definidos no documento original do PCT. Dentre estes: “estudos e estratégias para implementação de políticas de assistência técnica e extensão rural, organização e inclusão socioprodutiva”, e “estudos para subsidiar a formulação, implementação, avaliação e aperfeiçoamento das políticas para juventude rural” (Resultados 1.6 e 1.3).

Portanto, conhecer o perfil da produção rural familiar é condição essencial para se traçar o comportamento produtivo do público alvo da SEAD e traz elementos essenciais para direcionar e qualificar uma política de atuação para assistência e extensão rural. Dessa forma, desenvolver uma rede de levantamento de dados de produção agropecuária de maneira contínua, sincrônica e uniforme junto as intuições de apoio à agricultura familiar torna-se fundamental para se obter um cenário do comportamento do agronegócio familiar e qualificar as políticas públicas.

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma medida de atividade econômica e também um indicador utilizado mundialmente com objetivo de demonstrar efeitos comparativos por países e regiões ou por setores específicos do desempenho da economia. Ao considerar que a produção rural familiar detém especificidades que a diferencia do agronegócio como um todo, dado as suas características de diversificação, escala de produção e integração das atividades produtivas e sociais, tornam-se imprescindíveis estudos e análises relacionados ao PIB da Agricultura Familiar no processo de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, são necessários estudos que tem como objeto a estruturação de uma rede de informações de assistência técnica de coleta de dados estatísticos para realização do diagnóstico/análise do Produto Interno Bruto-PIB na agricultura familiar por recorte regional, incluindo o levantamento da safra no período assistido.

A construção do processo metodológico de estudos relacionados à agricultura familiar com suas especificidades e extensão rural prevê parcerias com a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER, Entidades públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e demais órgãos especializados no tema.

Ademais, merece destaque, na ampliação de prazo solicitada, o tema de juventude rural e sua perpetuação na produção rural familiar, que tem ganhado importância no contexto atual das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Evitar o êxodo rural, garantir a perpetuação e o

Projeto BRA/IICA/13/003 – Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública.

desenvolvimento da agricultura familiar são temas centrais quando se deseja um desenvolvimento sustentável no país, já que questões voltadas as esferas econômicas, ambientais e sociais podem sofrer desarranjos estratégicos e gerar mazelas sociais com o esvaziamento de gerações no campo. Dessa maneira, as políticas públicas voltadas a esse público deverão considerar critérios estratégicos e conter especificidades que adentrem a juventude rural e seus diálogos para se obter sucesso na busca de resultados. Para tanto, fomentar uma assistência técnica e extensão rural que dialogue com esse público requerem tratativas metodológicas especiais de abordagem, pois é por meio do diálogo e de abordagens adequadas com a juventude que se potencializa consideravelmente o acesso às políticas da agricultura familiar e consequente elevação do interesse à produção familiar.

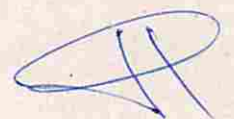
O estudo proposto neste tema sobre jovens rurais terá como objetivo geral subsidiar uma proposta de abordagem de assistência técnica e extensão rural (ATER) que dialogue com a juventude rural e possa de fato despertar interesse e valorização da atividade rural, com consequente perpetuação da agricultura familiar em padrões cada vez mais elevados de desenvolvimento.

Para atingir esse objetivo, os objetivos específicos do estudo são:

- Analisar o contexto da ATER quanto a sua abordagem atual junto a juventude rural, identificando os pontos convergentes e divergentes de atuação;
- Realizar análise do contexto atual e fornecer proposições adequadas para qualificar a atuação da ATER para a juventude rural considerando suas particularidades, de modo a proporcionar maior congregação desse público na perpetuação no agronegócio familiar;
- Propor diretrizes de atuação geral e específica para a ATER voltada a juventude rural;
- Propor uma atuação piloto de ATER para a juventude rural, considerando suas especificidades levantadas;
- Fornecer uma minuta de chamada de ATER para a juventude rural que produza resultados factíveis de inserção da juventude no agronegócio familiar.

Ressalta-se que os referidos estudos serão conduzidos por meio de processos licitatórios, os quais demandarão um prazo amplo para o cumprimento de todas as fases exigidas em um edital licitatório.

Portanto, para possibilitar a realização de estudos e pesquisas nos temas definidos, torna-se necessária a revisão do projeto com vistas à prorrogação de prazo de vigência até 02/12/2019 para cumprimento das metas, sem alteração da estrutura lógica do projeto.



2.2 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/13/003 possui orçamento original total de R\$ 9.304.400,00 (nove milhões, trezentos e quatro mil e quatrocentos reais) e prevê-se a incorporação dos rendimentos ao orçamento total do Projeto no valor de R\$ 478.065,48 (quatrocentos e setenta e oito mil, sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Dessa forma, o Total do Orçamento do PCT resulta em R\$ 9.782.465,48 (nove milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

O presente Projeto executou até 17 de julho de 2017 recursos da ordem de R\$ 6.466.271,28 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos), envolvendo valores pagos, conforme quadro 4.1, o que corresponde a uma execução de 69,50% sobre o orçamento total.

Ao considerar o orçamento original do projeto com a incorporação de rendimentos e a previsão de gastos para o período de prorrogação da vigência solicitada, bem como os depósitos já realizados no projeto, destaca-se que há disponibilidade orçamentária e financeira para a execução das atividades previstas.



3 - ESTRUTURA LÓGICA DO PROJETO

Não há alteração da estrutura lógica do projeto na presente Revisão, mantendo-se a estabelecida no documento original do projeto, assinado em 03/12/2013, bem como o status de execução informado no Relatório de Progresso do exercício 2016, conforme detalhamento a seguir:



ESTRUTURA LÓGICA DO PROJETO

Estrutura lógica vigente	Status/Observações
<p>Objetivo de desenvolvimento</p> <p>Contribuir para a formulação, avaliação e fortalecimento de políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Reforma Agrária no contexto da ruralidade contemporânea do Brasil, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e político-institucionais, suas transformações e diversidade.</p>	
<p>OBJETIVO ESPECÍFICO 1: Desenvolver conhecimentos técnicos e científicos que permitam a compreensão da ruralidade contemporânea brasileira e a proposição e a avaliação de políticas públicas direcionadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável, em especial ao fortalecimento da agricultura familiar e às ações de reforma agrária.</p>	
<p>Resultado 1.1 – Estudos técnicos e científicos formulados para a consolidação das políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário em interação com a nova ruralidade do Brasil, suas especificidades regionais e biomas brasileiros.</p>	Atividade em execução
<p>Resultado 1.2 – Metodologias de formação, instrumentos de difusão e material educativo apresentados para os temas da nova ruralidade, da promoção do desenvolvimento rural sustentável e do fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária.</p>	Concluída
<p>Resultado 1.3 – Subsídios técnicos para avaliação, formulação e fortalecimento das políticas públicas de promoção da autonomia de comunidades tradicionais, mulheres e juventude rurais, contribuindo para a garantia de direitos sociais, econômicos e políticos, elaborados, disseminados e adotados.</p>	Atividade em execução
<p>Resultado 1.4 – Informações e conhecimentos técnicos produzidos, difundidos e</p>	Atividade em execução (Fase final de conclusão)

<p>intercambiados em temas relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, em especial: governança fundiária e democratização do acesso à terra, comercialização e agregação de valor, economia solidária, cooperativismo, agroindustrialização, mercados justos e produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e agroecológica, sistemas de produção, extração e manejo sustentáveis, impactos socioeconômicos e ambientais no avanço do consumo de agrotóxicos e utilização de organismos geneticamente modificados no campo brasileiro.</p>	
<p>Resultado 1.5 – Estratégias para a proposição e avaliação de políticas públicas que contribuam para a superação da pobreza rural aperfeiçoadas e validadas.</p>	<p>Atividade em execução (Fase final de conclusão)</p>
<p>Resultado 1.6 – Instrumentos e estratégias para avaliação e proposição de políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, metodologias participativas, inclusão e organização sócio-produtiva da agricultura familiar elaborados e disseminados.</p>	<p>Atividade em execução</p>
<p>Resultado 1.7 – Estudos para consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da integração e articulação de políticas realizadas.</p>	<p>Atividade em execução</p>
<p>Resultado 1.8 – Conhecimentos e diretrizes estratégicas para o fortalecimento e implantação de atividades de cooperação internacional, integração regional e de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar elaborados e implementados.</p>	<p>Atividade em execução</p>
<p>Resultado 1.9 – Avaliação da situação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e análise de políticas públicas para os mesmos, em especial para as temáticas do assalariamento, trabalho decente, processos migratórios e saúde do trabalhador, realizadas.</p>	<p>Atividade em execução</p>
<p>OBJETIVO ESPECÍFICO 2: Fortalecer o processo estratégico de participação dos atores sociais e suas organizações na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, considerando as características da ruralidade contemporânea do Brasil.</p>	
<p>Resultado 2.1 – Estudos e estratégias propostos e validados para a consolidação da gestão social, aprimorando processos e espaços de participação social.</p>	<p>Atividade em execução</p>

Resultado 2.2 – Estudos e pesquisas relacionados à participação dos diversos atores e movimentos sociais do rural brasileiro na concepção e gestão de políticas públicas desenvolvidos e instâncias de articulação fortalecidas.	Atividade em execução (Fase final de conclusão)
Resultado 2.3 – Estudos, instrumentos e estratégias elaborados e validados de resgate, registro, difusão e valorização dos saberes e fazeres tradicionais, da luta, da memória e da cultura popular do meio rural.	Atividade em execução
Resultado 2.4 – Técnicos e atores sociais capacitados e atualizados em temas relativos a nova ruralidade brasileira.	Atividade em execução

4 - ORÇAMENTO**4.1 QUADRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA (BRL)**

Linhas e Sub-linhas Orçamentárias	Orçamento Original A	Executado					Total Executado G=(B+C+D+E+F)	Comprometido H	Aplicação dos Recursos I	Saldo Orçamentário J=(A-G-H+I)	Proposta 2018/2019	
		2013 B	2014 C	2015 D	2016 E	2017* F					2018 K	2019 L
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	836.333,33	0,00	32.586,77	10.218,51	24.397,34	8.790,44	75.993,06	0,00	27.650,20	787.990,47	450.683,95	337.306,52
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Equipamentos e Aluguel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Comunicação e Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias, Prestação de Serviços)	8.025.000,00	0,00	1.224.959,54	2.613.603,11	1.829.152,49	414.645,40	6.082.360,54	1.085.005,50	427.650,26	1.285.284,22	815.323,52	469.960,70
9 - Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total	8.861.333,33	0,00	1.257.546,31	2.623.821,62	1.853.549,83	423.435,84	6.158.353,60	1.085.005,50	455.300,46	2.073.274,69	1.266.007,47	807.267,22
TIN (5%)	443.066,67	0,00	62.877,32	131.191,08	92.677,49	21.171,79	307.917,68	54.250,28	22.765,02	103.663,73	63.300,37	40.363,36
Total	9.304.400,00	0,00	1.320.423,63	2.755.012,70	1.946.227,32	444.607,63	6.466.271,28	1.139.255,78	478.065,48	2.176.938,42	1.329.307,84	847.630,58

* Execução até 17/07/17

5 - CRONOGRAMA

5.1 CRONOGRAMA DETALHADO DE EXECUÇÃO

OBJETIVO ESPECÍFICO 1: Desenvolver conhecimentos técnicos e científicos que permitam a compreensão da ruralidade contemporânea brasileira e a proposição e a avaliação de políticas públicas direcionadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável, em especial ao fortalecimento da agricultura familiar e às ações de reforma agrária.

RESULTADOS/ATIVIDADES	2013				2014				2015				2016				2017				2018				2019			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Resultado 1.1 – Estudos técnicos e científicos formulados para a consolidação das políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário em interação com a nova ruralidade do Brasil, suas especificidades regionais e biomas brasileiros.																												
Resultado 1.2 – Metodologias de formação, instrumentos de difusão e material educativo apresentados para os temas da nova ruralidade, da promoção do desenvolvimento rural sustentável e do fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária.																												
Resultado 1.3 – Subsídios técnicos para avaliação, formulação e fortalecimento das políticas públicas de promoção da autonomia de comunidades tradicionais, mulheres e juventude rurais, contribuindo para a garantia de direitos sociais, econômicos e políticos, elaborados, disseminados e adotados.																												

<p>Resultado 1.4 – Informações e conhecimentos técnicos produzidos, difundidos e intercambiados em temas relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, em especial: governança fundiária e democratização do acesso à terra, comercialização e agregação de valor, economia solidária, cooperativismo, agroindustrialização, mercados justos e produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e agroecológica, sistemas de produção, extração e manejo sustentáveis, impactos socioeconômicos e ambientais no avanço do consumo de agrotóxicos e utilização de organismos geneticamente modificados no campo brasileiro.</p>	
<p>Resultado 1.5 – Estratégias para a proposição e avaliação de políticas públicas que contribuam para a superação da pobreza rural aperfeiçoadas e validadas.</p>	
<p>Resultado 1.6 – Instrumentos e estratégias para avaliação e proposição de políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, metodologias participativas, inclusão e organização sócio-produtiva da agricultura familiar elaborados e disseminados.</p>	
<p>Resultado 1.7 – Estudos para consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento e fortalecimento da integração e articulação de políticas realizados.</p>	
<p>Resultado 1.8 – Conhecimentos e diretrizes estratégicas para o fortalecimento e implantação de atividades de cooperação internacional, integração regional e de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar elaborados e implementados.</p>	

Resultado 1.9 – Avaliação da situação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e análise de políticas públicas para os mesmos, em especial para as temáticas do assalariamento, trabalho decente, processos migratórios e saúde do trabalhador, realizadas.																																										
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

OBJETIVO ESPECÍFICO 2: Fortalecer o processo estratégico de participação dos atores sociais e suas organizações na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, considerando as características da ruralidade contemporânea do Brasil

RESULTADOS/ATIVIDADES	2013				2014				2015				2016				2017				2018				2019																	
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4														
Resultado 2.1 – Estudos e estratégias propostos e validados para a consolidação da gestão social, aprimorando processos e espaços de participação social.																																										
Resultado 2.2 – Estudos e pesquisas relacionados à participação dos diversos atores e movimentos sociais do rural brasileiro na concepção e gestão de políticas públicas desenvolvidos e instâncias de articulação fortalecidas.																																										
Resultado 2.3 – Estudos, instrumentos e estratégias elaborados e validados de resgate, registro, difusão e valorização dos saberes e fazeres tradicionais, da luta, da memória e da cultura popular do meio rural.																																										
Resultado 2.4 – Técnicos e atores sociais capacitados e atualizados em temas relativos a nova ruralidade brasileira.																																										

6 - EMENDA AO TERMO DE COOPERAÇÃO

EMENDA Nº 01 PROGRAMA EXECUTIVO RELATIVO AO ACORDO BÁSICO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA “NOVA RURALIDADE BRASILEIRA: COMPREENSÕES E IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA PÚBLICA” (BRA/IICA/13/003).

Com base no Título XII, art. 25 – Modificações e Emendas do Programa Executivo do BRA/IICA/13/003 “Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública”, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, em 03 de dezembro de 2013, as Partes concordam em modificar o seguinte título do Programa Executivo: Título XVI, artigo 29, que passa a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA

Art. 29 O presente Programa Executivo entrará em vigor na data da sua assinatura até 02 de dezembro de 2019, data prevista para o encerramento das atividades do Projeto, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

Ficam ratificados os demais Títulos e Artigos do Programa Executivo do Projeto BRA/IICA/13/003 original, não alterados pela presente Revisão.